

Echo Holding 1 S/A.

**Demonstrações financeiras, individuais e
consolidadas,
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores da
Echo Holding I S.A.
Fortaleza - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echo Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Echo Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que

ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Echo Holding 1 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Caixa e equivalente de caixa	6.a	2	4	108.318	130.034	Fornecedores	12	20	1	48.637	35.433
Contas a receber	7	-	-	42.775	40.332	Financiamentos	13	-	-	117.011	156.371
Adiantamento a fornecedores		-	-	14.320	11.013	Debêntures	14	-	-	17.915	16.283
Tributos a recuperar		176	170	2.686	4.353	Obrigações tributárias	1	-	-	2.569	3.926
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	7.114	4.418	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	4.193	2.383
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	3.760	5.807	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	353	389
Estoques		-	-	1.222	282	Provisão de ressarcimento	15	-	-	120.777	15.086
Outras contas a receber		-	-	505	-	Arrendamentos	10	-	-	22	3
Total do ativo circulante		178	174	180.700	196.239	Outras contas a pagar		-	-	3.081	2.854
						Total do passivo circulante		21	1	314.558	232.728
Contas a receber	7	-	-	1.796	950	Financiamentos	13	-	-	732.628	978.174
Fundos vinculados	6.b	-	-	186.598	136.925	Debêntures	14	-	-	254.675	227.495
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	764	4.463	Provisão de ressarcimento	15	-	-	-	54.184
Depósitos judiciais		-	-	109	109	Provisão para desmobilização		-	-	-	3.168
Total do realizável a longo prazo		-	-	189.267	142.447	Obrigações tributárias		-	-	2.126	-
						Arrendamentos	10	-	-	4.024	2.691
Investimentos	9	646.593	485.479	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	993.453	1.265.712
Direito de uso	10	-	-	3.902	2.638	Patrimônio líquido	17				
Imobilizado	11	-	-	1.578.159	1.640.043	Capital social		811.220	608.603	811.220	608.603
Intangível		-	-	2.733	2.725	Prejuízos acumulados		(164.470)	(122.951)	(164.470)	(122.951)
Total do ativo não circulante		646.593	485.479	1.774.061	1.787.853	Total do patrimônio líquido		646.750	485.652	646.750	485.652
Total do ativo		646.771	485.653	1.954.761	1.984.092	Total do passivo e patrimônio líquido		646.771	485.653	1.954.761	1.984.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echo Holding 1 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	18	-	-	270.427	293.234
Custos de operação	19	-	-	(163.956)	(170.895)
Lucro bruto		-	-	106.471	122.339
Despesas gerais e administrativas	20	(27)	(12)	(12.306)	(11.046)
Outras receitas (despesas) operacionais		4	(1.147)	1.284	(1.702)
Resultado com equivalência patrimonial	9	(41.496)	(51.420)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(41.519)	(52.579)	95.449	109.591
Receitas financeiras	21	-	1	6.664	9.967
Despesas financeiras	21	(1)	-	(132.555)	(158.860)
Resultado financeiro		(1)	1	(125.891)	(148.893)
Resultado antes dos tributos		(41.520)	(52.578)	(30.442)	(39.302)
Imposto de renda e contribuição social	16	-	-	(11.078)	(13.276)
(Prejuízo) do exercício		(41.520)	(52.578)	(41.520)	(52.578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echo Holding 1 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2018</u>
(Prejuízo) do exercício	(41.520)	(52.578)	(41.516)	(52.578)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(41.520)</u>	<u>(52.578)</u>	<u>(41.516)</u>	<u>(52.578)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echo Holding 1 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Controladora e consolidado				
Capital social				
Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	627.468	(20.413)	(70.373)	536.682
Integralização de capital (Prejuízo) do exercício	-	1.548	-	1.548
	-	-	(52.578)	(52.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	627.468	(18.865)	(122.951)	485.652
Integralização de capital (Prejuízo) do exercício	183.752	18.865	-	202.617
	-	-	(41.516)	(41.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	811.220	-	(164.467)	646.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Echo Holding 1 S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
(Prejuízo) antes dos tributos	(41.520)	(52.578)	(30.438)	(39.302)	
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Juros sobre financiamento	13	-	67.516	103.684	
Custo de captação apropriado ao resultado	13	-	16.159	3.504	
Juros sobre debêntures	14	-	31.734	27.787	
Depreciação	11	-	82.649	77.720	
Baixa de imobilizado	11	-	-	795	
Resultado de equivalência patrimonial	9	41.496	-	-	
Provisões de ressarcimento	15	-	51.507	37.545	
Provisão para desmobilização	-	-	-	-	
Amortização de direitos de uso	10	-	95	62	
Juros incorridos sobre arrendamento	10	-	278	284	
		(24)	(1.158)	216.332	212.079
Variações em:					
Contas a receber	7	-	(3.289)	35.016	
Tributos a recuperar		(6)	1.150	5.320	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	(2.696)	(3.675)	
Outras contas a receber		-	(505)	-	
Estoques		-	(940)	(241)	
Depósitos judiciais		-	-	(1)	
Adiantamento a fornecedores		-	(3.307)	(8.750)	
Despesas pagas antecipadamente	8	-	5.746	12.069	
Fornecedores	12	20	13.204	22.613	
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(36)	(758)	
Obrigações tributárias		1	(2.064)	(1.307)	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.810	2.383	
Arrendamentos	10	-	-	(290)	
Outras contas a pagar		-	(2.943)	1.683	
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(9)	(7)	226.147	276.141
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	13/14	-	(61.998)	(114.111)	
Pagamento de IR e CS		-	(8.245)	(14.332)	
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(9)	(7)	155.904	147.698
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	9	(202.610)	(1.548)	-	-
Aquisição de ativo intangível		-	(8)	(18)	
Aquisição de ativo imobilizado	11	-	(20.765)	(10.106)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(202.610)	(1.548)	(20.773)	(10.124)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de principal de financiamentos	13	-	(325.783)	(62.887)	
Captação financiamentos	13	-	2.868	-	
Custo de captação financiamentos	13	-	(300)	(15.778)	
Captação de debêntures	14	-	20.000	-	
Pagamento de principal de debêntures	14	-	-	(2.001)	
Custo de captação debêntures	14	-	(736)	(93)	
Pagamentos de debentures	14	-	(5.555)	-	
Arrendamentos	10	-	(285)	-	
Integralização de capital	17	202.617	1.548	202.617	1.548
Fundos vinculados	6.b	-	(49.673)	(39.270)	
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		202.617	1.548	(156.847)	(118.481)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes		(2)	(7)	(21.716)	19.094
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	4	11	130.034	110.940
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	2	4	108.318	130.034
(Redução) aumento em caixa e equivalentes		(2)	(7)	(21.716)	19.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

Echo Holding 1 S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de fevereiro de 2015, estabelecida na Avenida Barão de Studart, nº 2360, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, Fortaleza estado do Ceará. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A controladora da Companhia é a Echoenergia Participações, a qual detem 100% dos investimentos da Companhia

As controladas da Companhia que compreendem os seguintes complexos:

- Complexo Eólico São Clemente, possuem 8 (oito) centrais geradoras de energia eólica situadas nos municípios de Caetés, Venturosa e Pedra no estado do Ceará, possuindo ao todo 126 (cento e vinte e seis) unidades geradoras de 1,715 MW, totalizando 216,09 MW de capacidade instalada. O prazo de autorização é de 25 de novembro de 2014 a 27 de novembro de 2049.
- Complexo Eólico Tianguá (Ventos de São Jorge) possuem 5 (cinco) centrais geradoras de energia eólica situada nos municípios de Tianguá e Ubajara no estado do Ceará, possuindo ao todo 77 (setenta e sete) unidades geradoras de 1,69 MW, totalizando 130,13 MW de capacidade instalada. O prazo de autorização é de 30 de junho de 2011 a 04 de julho de 2046.

Portanto, o total de centrais geradoras combinadas são de 13 unidades, com capacidade 346,2 MW de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas indiretas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médio)	Garantia Física (MW Médio)
EOL Ventos de São Clemente 1	Port. 627/2014	25/11/2014	35 anos	29,155	16,6
EOL Ventos de São Clemente 2	Port. 628/2014	25/11/2014	35 anos	29,155	15
EOL Ventos de São Clemente 3	Port. 631/2014	28/11/2014	35 anos	29,155	14,9
EOL Ventos de São Clemente 4	Port. 632/2014	27/11/2014	35 anos	29,155	15,2

EOL Ventos de São Clemente 5	Port. 627/2014	27/11/2014	35 anos	29,155	17,8
EOL Ventos de São Clemente 6	Port. 633/2014	27/11/2014	35 anos	25,725	14,7
EOL Ventos de São Clemente 7	Port. 640/2014	28/11/2014	35 anos	24,01	12,6
EOL Ventos de São Clemente 8	Port. 634/2014	27/11/2014	35 anos	20,58	11,3
EOL Vento Formoso	Port. 409/2011	08/07/2011	35 anos	25,35	14,2
EOL Ventos de Tianguá	Port. 390/2011	04/07/2011	35 anos	25,35	14,7
EOL Ventos de Tianguá Norte	Port. 389/2011	04/07/2011	35 anos	27,04	15,1
EOL Ventos do Morro do Chapéu	Port. 381/2011	30/06/2011	35 anos	25,35	13,7
EOL Ventos do Parazinho	Port. 410/2011	08/07/2011	35 anos	27,04	15,1

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas indiretas possuíam os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em dezembro de 2036.

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW Médio)	Preço contratado (MWh) (c)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Ventos de São Clemente 1	LEN 3/2014 (a)	15,30	R\$ 134,64	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 2	LEN 3/2014 (a)	14,20	R\$ 135,33	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 3	LEN 3/2014 (a)	14,50	R\$ 134,90	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 4	LEN 3/2014 (a)	14,60	R\$ 135,25	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 5	LEN 3/2014 (a)	15,70	R\$ 134,82	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 6	LEN 3/2014 (a)	13,30	R\$ 134,50	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 7	LEN 3/2014 (a)	10,70	R\$ 135,62	IPCA	Janeiro
EOL Ventos de São Clemente 8	LEN 3/2014 (a)	9,50	R\$ 134,46	IPCA	Janeiro
EOL Vento Formoso	LFA 7/2010 (b)	13,5	R\$ 133,40	IPCA	Novembro
EOL Ventos de Tianguá	LFA 7/2010 (b)	13,10	R\$ 133,40	IPCA	Novembro

EOL Ventos de Tanguá Norte	LFA 7/2010 (b)	14,10	R\$ 133,40	IPCA	Novembro
EOL Ventos do Morro do Chapéu	LFA 7/2010 (b)	13,10	R\$ 133,40	IPCA	Novembro
EOL Ventos do Parazinho	LFA 7/2010 (b)	14,00	R\$ 133,32	IPCA	Novembro

- (a) Leilão Energia Nova
- (b) Leilão Fontes Alternativas

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$133.858 (R\$36.489 31 de dezembro de 2019). O capital circulante negativo da companhia se deve principalmente às amortizações previstas das debêntures e financiamentos da companhia. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes e eventuais aportes de capital dos sócios, se necessário, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo.

Efeitos COVID – 19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, também, foram remanejadas todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade. Todos os casos suspeitos e/ou confirmados são monitorados diariamente pela Companhia.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do Corona Vírus. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e fazemos o monitoramento constante da situação. Em caso suspeito a pessoa e todos que tiveram contato com ela são colocadas em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em

casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

Receita e contas a receber

No setor de energia, as informações estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, além disso os contratos de venda de energia gerada serem provenientes de leilões com características de longo prazo com mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais, para o período não houve aumento no nível de inadimplência da Companhia, conseqüentemente não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período.

Suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos do BNDES

A Companhia obteve em junho junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aprovação para suspensão do pagamento do serviço da dívida por seis meses, a transação é conhecida no mercado como *Stand still*.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 10) – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- Imobilizado (nota explicativa nº 11) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 23) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.

b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhia controladas.

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhia consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as demonstrações financeiras da E5 Holding S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas diretas:	% de Participação	
	2020	2019
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	100%
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	100%

4 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e

benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 23.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, limitando-se ao período de autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

e. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

- *Direitos de exploração dos contratos comerciais*

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de Intangível.

A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

- *Outros ativos intangíveis*

São ativos adquiridos pela Companhia e suas controladas, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um

ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia calcula o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as suas Controladas com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente, em operações de mais valia na combinação de negócios.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, as Controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as Controladas alocam as contraprestações nos contratos a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

As Controladas adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,72% a.a.

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas

demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos de caixa e bancos	-	-	63.968	3.649
Aplicações financeiras (a)	2	4	44.350	126.385
Total de caixa e equivalentes de caixa	2	4	108.318	130.034

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100,3% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2020 (95,5% em 31 de dezembro de 2019).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Serviço da dívida de debêntures	17.596	17.454
Reserva O&M	8.801	6.942
Reserva especial (i)	107.175	49.135
Centralizadora (ii)	23.426	23.539
Reserva de dívida BNDES	29.600	39.855
Total	186.598	136.925

- (i) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais. Em decorrência da adesão ao *standstill* junto ao BNDES, as transferências para essas contas foram majoradas.

- (ii) As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia e suas controladas mantidas junto ao ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Transações realizadas no ACR (a)	33.581	35.119
Transações realizadas no ACL (b) (*)	10.461	6.163
Transações realizadas no MCP CCEE (c)	819	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(290)	-
Total	44.571	41.282
Circulante (c)	42.775	40.332
Não circulante (c)	1.796	950

- (a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
- (c) Refere-se substancialmente aos créditos oriundos da liquidação positiva no mercado de curto prazo, contratos LER regulados pela CCEE e excedentes de geração de energia anual. Os valores de R\$1.116 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.614 em 31 de dezembro de 2019) compreendem saldos em aberto da liquidação financeira da CCEE, decorrentes da situação temporária da Câmara, em que liminares judiciais suspenderam o pagamento do GSF pelos agentes geradores de fonte hidráulica afetando o recebimento dos demais agentes. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.
- (d) Refere-se aos excedentes de geração de energia liquidada na CCEE, correspondentes ao excedente quadrienal em formação. O valor total está previsto para recebimento em julho de 2022 caso a Companhia continue performando geração de energia excedente.

8 Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Seguros a apropriar	4.227	1.166
Fianças e compromisso	206	3.471
Manutenção antecipada	-	1.169
Problema barulho e sombra	-	2.316
Projetos sociais	91	2.148
Total	4.524	10.270

Circulante	3.760	5.807
Não circulante	764	4.463

9 Investimentos

Composição

2020				
Companhia	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	438.028	(35.325)	438.028
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	208.565	(6.171)	208.565
Total dos investimentos		646.593	(41.496)	646.593

2019				
Companhia	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	270.853	(34.995)	270.853
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	214.626	(16.425)	214.626
Total dos investimentos		485.479	(51.420)	485.479

Movimentação

Investidas	2019	Aumento de capital	Resultado equivalência patrimonial	2020
Ventos de São Clemente Holding S.A.	270.853	202.500	(35.325)	438.028
Ventos de São Jorge Holding S.A.	214.626	110	(6.171)	208.565
Total líquido investido	485.479	202.610	(41.496)	646.593

Investidas	2018	Aumento de capital	Resultado equivalência patrimonial	2019
Ventos de São Clemente Holding S.A.	305.113	735	(34.995)	270.853
Ventos de São Jorge Holding S.A.	230.238	813	(16.425)	214.626
Total líquido investido	535.351	1.548	(51.420)	485.479

A seguir o resumo das informações financeiras das controladas da Companhia em 31/12/2020:

Controladas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Ventos de São Clemente Holding S.A.	473.353	1.105.141	667.113	438.028	155.784	(35.325)
Ventos de São Jorge Holding S.A.	300.432	849.445	640.879	208.565	114.643	(6.171)

10 Arrendamentos

As Controladas indiretas, atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. Desde 1º de janeiro de 2019 as Controladas reconhecem esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	2020			
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Consolidado				
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	2.638	1.359	(95)	3.902
Total do ativo	2.638	1.359	(95)	3.902
	2019			
	Valor líquido em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Consolidado				
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	-	2.700	(62)	2.638
Total do ativo	-	2.700	(62)	2.638

Composição dos saldos de arrendamentos:

	Consolidado	
	30/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	4.046	2.694
Total	4.046	2.694

Circulante	22	3
Não circulante	4.024	2.691

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrada abaixo:

Consolidado	2020				Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	2.694	1.359	(285)	278	4.046
Total	2.694	1.359	(285)	278	4.046
Consolidado	2019				Valor líquido em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	-	2.700	(290)	284	2.694
Total	-	2.700	(290)	284	2.694

(a) No momento do reconhecimento inicial a Companhia reconheceu R\$2.700 referente ao valor presente das contraprestações de arrendamento.

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Consolidado	Vida útil	Custo	31/12/2020		31/12/2019
			Depreciação amortização	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	23.722	-	23.722	3.910
Máquinas e equipamentos	23 anos	1.882.641	(359.766)	1.522.875	1.603.403
Benfeitorias	30 anos	35.833	(5.193)	30.640	31.717
Móveis e utensílios	16 anos	1.283	(371)	912	993
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	44	(34)	10	20
Total		1.943.523	(365.364)	1.578.159	1.640.043

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

2020				
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação amortização	Saldo em 31/12/2020
Consolidado				
Imobilizado em andamento (i)	3.910	19.872	-	23.782
Máquinas e equipamentos	1.603.402	893	(81.485)	1.522.810
Benfeitorias	31.718	-	(1.077)	30.641
Móveis e utensílios	993	-	(82)	911
Equipamentos e processamento de dados	20	-	(5)	15
Total	1.640.043	20.765	(82.649)	1.578.159

2019						
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação amortização	Saldo em 31/12/2019
Consolidado						
Imobilizado em andamento (i)	-	5.407	(1.497)	-	-	3.910
Máquinas e equipamentos	1.673.947	4.389	1.548	-	(76.482)	1.603.402
Benfeitorias	12.921	310	20.432	(793)	(1.152)	31.718
Móveis e utensílios	1.058	-	15	-	(80)	993
Linhas de transmissões	2	-	-	(2)	-	-
Equipamentos e processamento de dados	26	-	-	-	(6)	20
Edificações, obras civis em serviços	20.498	-	(20.498)	-	-	-
Total	1.708.452	10.106	-	(795)	(77.720)	1.640.043

- (i) O presente investimento visa mitigar os problemas de ruídos emitidos por aerogeradores nos parques, e tem como previsão de conclusão da obra em Julho de 2021.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Natureza				
Materiais e serviços (a)	14	1	19.509	14.701
Fornecedores partes relacionadas (b)	-	-	26.055	20.732
Outros	-	-	155	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	27	-
Seguros	-	-	2.885	-
Taxas e emolumentos	-	-	6	-
Total	20	1	48.637	35.433

- (a) Refere-se a obrigações referente a manutenção do parque eólico
(b) Conforme nota explicativa nº 22

13 Financiamentos (Consolidado)

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos BNDES e BNB - (a)	2,65% a.a. + IPCA	Jun/2033	-	464.814
Financiamentos BNDES - (b)	2,55% a.a. + TJLP	Mai/2033	<u>849.639</u>	<u>669.731</u>
Total			<u>849.639</u>	<u>1.134.545</u>
Circulante			117.011	156.371
Não circulante			732.628	978.174

- (a) Os saldos referem-se as empresas Ventos de São Jorge Holding S/A e suas controladas.
(b) Os saldos referem-se as empresas Ventos de São Clemente Holding S/A e suas controladas.

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.206.235</u>
Juros incorporados a dívida	103.684
Custo de captação	(15.778)
Custo de captação incorrido	3.504
Juros pagos	(100.213)
Amortização do principal	<u>(62.887)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.134.545</u>
Captação de financiamentos	2.868
Juros incorporados a dívida	67.516
Custo de captação	(300)
Custo de captação incorrido	16.159
Juros pagos	(45.366)
Amortização do principal (a)	<u>(325.783)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>849.639</u>

- (a) No mês de fevereiro de 2020, após negociações com os credores sobre o redimensionamento da dívida, a Controladora do Grupo São Clemente, no caso, São Clemente Holding S.A., realizou amortizações parciais antecipadas previstas nos contratos de financiamentos do BNDES.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>2020</u>
2021	59.231
2022	59.866
2023	61.376
2024	63.228
2025	65.231
2026 a 2038	<u>423.696</u>
Total	<u><u>732.628</u></u>

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas, a seguir algumas das respectivas cláusulas:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB e BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato (exclusivamente BNDES).
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB e BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

- (f) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30, com excessão de São Clemente que possui índice de 1,20.
- (g) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

Os covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas cumpriram todas as exigências quantitativas e qualitativas. Com relação ao item “e” manter índice de cobertura de dívida igual ou superior a 1,2 vezes a investida São Clemente Holding e suas controladas obtiveram do BNDES a anuência para o descumprimento do ICSD, sem que seja declarado o vencimento antecipado das dívidas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

14 Debêntures (Consolidado)

	Taxa de juros	Vencimento final	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Debêntures São Clemente	IPCA + 8% a. a	Out/30	205.551	182.162
Debêntures São Jorge	IPCA + 9% a.a.	Jul/28	<u>67.039</u>	<u>61.616</u>
			<u>272.590</u>	<u>243.778</u>
Circulante			17.915	16.283
Não circulante			254.675	227.495

As movimentações das debêntures, são apresentadas conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>231.983</u>
Juros pagos	(13.898)
Amortização do principal	(2.001)
Custo de captação	(93)
Juros incorporados a dívida	<u>27.787</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>243.778</u>
Captação de debêntures	20.000
Juros pagos	(16.632)
Amortização do principal	(5.555)
Custo de captação incorrido	1
Custo de captação	(736)
Juros incorporados a dívida	<u>31.734</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>272.590</u>

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

As debêntures possuem as seguintes cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture.
- (b) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,20 para São Clemente e 1,30x para os demais projetos.
- (c) Manter os contratos de serviço e manutenção vigentes.

Os covenants são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas cumpriram todas as exigências quantitativas e qualitativas. Com relação ao item “e” manter índice de cobertura de dívida igual ou superior a 1,2 vezes a investida São Clemente Holding e suas controladas obtiveram do BNDES a anuência para o descumprimento do ICSD, sem que seja declarado o vencimento antecipado das dívidas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

15 Provisão para ressarcimento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para ressarcimento anual formado	120.777	15.085
Provisão para ressarcimento quadrienal em formação	-	<u>54.185</u>
Total	<u><u>120.777</u></u>	<u><u>69.270</u></u>
Circulante	120.777	15.086
Não circulante	-	54.184

Ressarcimentos anual e quadrienal: Os contratos regulados para as controladas da Companhia são oriundos do 19º Leilão de Energia Nova (São Clemente) e 2º Leilão de Fontes Alternativas (Tianguá). Estes contratos são da modalidade disponibilidade, e, portanto, possuem regras específicas para a valoração das variações entre a energia gerada/entregue no contrato e a obrigação contratual. Para os casos de ressarcimento, ou seja, com geração inferior à obrigação

contratual, o contrato define que: i) geração anual de energia inferior a 90% da obrigação contratual anual gera um ressarcimento a ser pago ao final de um período de quatro anos do contrato; e ii) geração anual de energia inferior a 100% e superior a 90% da obrigação anual contratada gera um ressarcimento a ser pago no ano seguinte.

Em nov/20 e dez/20 ocorrem o final do primeiro quadriênio destes contratos. Desta forma, toda geração anual inferior a 90% da obrigação contratual para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 foi acumulada e será paga ao longo de 2021. Somasse a este valor a geração entre 90% e 100% da obrigação contratual no ano de 2020, que será paga ao longo de 2021.

Adicionalmente, em virtude do Despacho Aneel 2303 de 2019, o ressarcimento anual de 2019 que seria pago ao longo de 2020 foi suspenso, sendo, portanto, mantido como ressarcimento a pagar em 2021.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 11.078 (R\$ 13.276 em 31 de dezembro de 2019).

As Controladas da Companhia que exercem atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A Controladora com base no lucro real e em 31 de dezembro 2020, apresentavam prejuízos fiscais. Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	<u>31/12/2020</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(41.519)	(41.519)
Receitas / despesas não dedutíveis	41.519	41.519
Prejuízo fiscal	(1)	(1)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
	<u>31/12/2019</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(52.578)	(52.578)
Receitas / despesas não dedutíveis	51.420	51.420
Prejuízo fiscal	(1.157)	(1.157)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

(*) Em 31/12/2020 e 2019 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos por não possuir históricos de lucros tributáveis.

	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	280.640	280.640
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	22.451	33.677
Demais receitas	7.231	7.231
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	7.396	3.682
	31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	305.438	305.438
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	24.435	36.653
Demais receitas	10.927	12.897
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	8.817	4.459

17 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito, autorizado é de R\$811.220 em 31 de dezembro de 2020 (627.468 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 1.058.672.862 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 608.603 (R\$ 811.220 em 31 de dezembro de 2019).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida durante o exercício de 2020 foi integralizado o montante de R\$202.617 de capital social (R\$ 1.548 em 2019).

18 Receita operacional líquida

Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de energia elétrica (a)	269.061	301.022
Outras receitas (i)	11.579	4.416
Tota receita bruta de vendas	280.640	305.438
PIS	(1.819)	(2.461)
COFINS	(8.394)	(9.743)
Deduções da receita	(10.213)	(12.204)
Receita operacional líquida	270.427	293.234

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	Consolidado	
	2020	2019
CCEAR (a)	253.506	253.410
ACL (b)	2.380	12.112
MCP CCEE (c)	-	3.001
SWAP (d)	13.175	32.500
Total	269.061	301.022

(a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado Refere-se a recebimentos

(b) Ambiente de Contratação Livre

(c) Mercado de Curto Prazo – CCEE

(d) Transação de Compra e Venda de Energia

(i) Refere-se a recebimentos por parte do fornecedor de manutenção das controladas da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque eólico.

19 Custo de operação (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação	(82.649)	(77.720)
Custos compartilhados (i)	(6.113)	(8.055)
Engenharia e gestão de processos O&M	(34.947)	(27.753)
Encargos de conexão e transmissão	(16.816)	(16.139)
Compra de energia	(9.404)	(26.703)

Gastos com pessoal	(1.641)	(1.391)
Serviços de terceiros	(3.930)	(3.307)
Gastos diversos	(8.456)	(9.827)
Total	(163.956)	(170.895)

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pela Companhia.

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Amortização	-	-	(95)	-
Despesas compartilhadas (i)	-	-	(9.253)	(8.403)
Serviços de terceiros	-	-	(1.438)	(1.484)
Outros	(27)	(12)	(1.520)	(1.159)
Total	(27)	(12)	(12.306)	(11.046)

- (i) Os saldos de compartilhamento de despesas referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pelas controladas.

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicações financeiras	-	1	6.664	9.967
Receitas financeiras	-	1	6.664	9.967
Juros sobre financiamentos	-	-	(67.516)	(103.684)
Taxa de pré-pagamento (financiamentos) (i)	-	-	(7.583)	-
Juros debêntures	-	-	(31.734)	(27.787)
Juros diversos	-	-	(1.233)	(1.229)
Despesa captação de financiamentos	-	-	(16.159)	(3.505)
Fianças e comissões bancárias	-	-	(7.932)	(22.235)
Juros sobre arrendamento	-	-	(278)	(284)
Outras despesas financeiras	(1)	-	(120)	(136)
Despesas financeiras	(1)	-	(132.555)	(158.860)

- (i) Refere-se a taxa de pré-pagamento dos financiamentos de São Clemente que foram liquidados em fevereiro de 2020.

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo</u>		
Echo Participações. (i)	26.055	20.732
Total	26.055	20.732
<u>Resultado</u>		
Compartilhamento de custos (i)	(6.113)	(8.055)
Compartilhamento de despesas (i)	(9.253)	(8.403)
Total	(15.366)	(16.458)

- (ii) As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora indireta Echoenergia Participações S.A, controladora final da Companhia e suas controladas. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos Financeiros

	Nota	Controladora		Controladora	
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	6.a	-	2	-	4
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	20	-	1	-
	Nota	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	63.968	-	3.649	-
Aplicações financeiras	6.a	-	44.350	-	126.385
Fundos vinculados	6.b	-	186.598	-	136.925
Contas a receber	7	44.571	-	41.282	-
Depósitos Judiciais		109	-	109	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	48.637	-	35.433	-
Debêntures	14	272.590	-	243.778	-
Financiamentos	13	849.639	-	1.134.545	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (*)	Controladora			
			31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Aplicações financeiras	6.a	Nível 2	2	2	4	4
Fornecedores	12	Nível 2	20	20	1	1
Total			22	22	5	5
			Consolidado			

	Nota	Nível (*)	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos	6.a	Nível 2	63.968	63.968	3.649	3.649
Aplicações financeiras	6.a	Nível 2	44.350	44.350	126.385	126.385
Contas a receber	7	Nível 2	44.571	44.571	41.282	41.282
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	186.598	186.598	136.925	136.925
Depósitos Judiciais		Nível 2	109	109	109	109
Fornecedores	12	Nível 2	48.637	48.637	35.433	35.433
Financiamentos (a)	13	Nível 2	849.639	849.639	1.134.545	1.134.545
Debêntures (a)	14	Nível 2	272.590	272.590	243.778	243.778
Total			1.484.407	1.484.407	1.701.374	1.701.374

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2020.

(*) A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

24 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.

- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	2	4	108.318	130.034
Fundos vinculados	6.b	-	-	186.598	136.925
Contas a receber	7	-	-	44.571	41.282
Total das transações no resultado		2	4	339.487	308.241

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais

31/12/2020 Consolidado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	48.637	48.637	-	-	-
Debêntures	272.590	24.889	67.875	115.048	164.812
Financiamentos	849.639	124.085	248.832	350.298	648.255
Total	1.170.866	197.611	316.707	465.346	813.067

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2020	Cenário provável 31/12/2021	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP (a)	4,39%	4,47%	0,08 p.p	0,10 p.p	0,12 p.p
IPCA (b)	4,23%	3,30%	(0,93) p.p	(1,16) p.p	(1,40) p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (c)	2,76%	3,37%	0,61 p.p	0,76 p.p	0,92 p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA	849.639	37.979	47.474	56.968
Debêntures	TJLP	272.590	8.995	11.244	13.493
Total		1.122.229	46.974	58.718	70.461
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	230.948	7.783	9.729	11.674

- (a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.
(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus
(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

25 Contingências

Em e 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributário (i)	7.061	-
Cíveis (ii)	2.521	81
Total	9.582	81

- (i) Refere-se a execução fiscal das prefeituras do grupo de São Clemente
(ii) Refere-se a requisição de indenização por danos materiais e morais requerido pelo arrendante, com depósitos judiciais no montante de R\$ 109 em 31 de dezembro de 2020 (R\$109 em 31 de dezembro de 2019).

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	2021	2022	2023	2024	2025 a 2037
(CUST / CCT) (a)	35.293	35.293	35.293	35.293	458.809
Contratos de (O&M) (b)	20.903	22.178	22.936	23.694	308.022
Total	56.196	57.471	58.229	58.987	766.831

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2021 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2020 (julho/21 a junho/20) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2022 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

27 Informações Complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores – aquisição de imobilizado	1.800	1.650
Aquisição de ativo imobilizado	(1.800)	(1.650)